

Ana Cardoso de Matos\*

## A electricidade na cidade de Évora: da Companhia Eborense de Electricidade à União Eléctrica Portuguesa<sup>1</sup>

### R E S U M O

Entre os finais do século XIX e os inícios de XX, a produção e distribuição de electricidade assumiu-se como uma alternativa, mais segura e eficaz, para a iluminação pública e privada e para o fornecimento de força motriz. Neste contexto surgiram várias iniciativas empresariais que tinham como objectivo a produção e distribuição de electricidade em diferentes centros urbanos. Neste texto aborda-se o surgimento e a evolução da Sociedade Eborense de Electricidade, desde a sua formação no início do século XX até 1942, altura em que a distribuição de electricidade à cidade de Évora passou a ser assegurada pela União Eléctrica Portuguesa.

### 1 - A iluminação eléctrica: a iniciativa empresarial e os melhoramentos urbanos

Entre os finais do século XIX e os inícios de XX várias cidades portuguesas aderiram à electricidade como forma de iluminação. Nalguns casos por iniciativa das câmaras municipais, noutros por iniciativa particular<sup>2</sup>.

Nas cidades em que nas décadas anteriores se optara pelo gás para a iluminação pública, os prazos prolongados das concessões que tinham sido atribuídas a empresas privadas atrasaram a introdução da electricidade na iluminação pública<sup>3</sup>. Este facto não impediu, contudo, que nalgumas cidades tivessem surgido iniciativas para produzir e distribuir electricidade para os particulares. Foi, por exemplo, o caso do Porto, onde em 1888 se constituiu com esse objectivo a Companhia Luz Eléctrica<sup>4</sup>. Situação idêntica se verificou na cidade de Évora, onde desde

\* CIDEHUS/ Universidade de Évora. [anacmatos@mail.telepac.pt](mailto:anacmatos@mail.telepac.pt)

<sup>1</sup> Este texto insere-se no Projecto POCTI/HAR/60698/2004 – Networked Cities: urban infrastructures in Portugal (1850-1950)

<sup>2</sup> Sobre o assunto veja-se, MARIANO, Mário, 1993 - *História da Electricidade*, Lisboa, EDP, p.100-104, SIMÕES, Mariz, 1997 - *Pioneiros da Electricidade em Portugal*, Lisboa, EDP, p. 163-210, FERREIRA, Jaime Alberto do Couto e FIGUEIRA, João José Monteiro, 2001 - *A electrificação do centro de Portugal no século XX*, Lisboa, EDP- distribuição; MATOS, Ana Cardoso de, et ali, 2004 - *A electricidade em Portugal. Dos primórdios à 2ª Guerra Mundial*, Lisboa, EDP, p. 106-114; SILVA, Álvaro Ferreira da, MATOS, Ana Cardoso de, e CORDEIRO, Bruno, 2004 - *Ciência, técnica e Indústria nos primórdios da electricidade* in Manuel Heitor et al., “Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no século XX”, vol. 2, Lisboa, D. Quixote, p. 64-65.

<sup>3</sup> Exceptuam-se os casos em era a mesma empresa que explorava o gás e a electricidade como aconteceu em Lisboa em que ambas as redes eram exploradas pela Companhias Reunidas Gás e Electricidade (CRGE).

<sup>4</sup> Esta Companhia que se constituiu em 1887 por iniciativa do médico Tito Fontes comprou à Empresa Luz Eléctrica a Central que esta possuía na Rua Passos Manuel e que tinha começado a funcionar uns anos antes. Sobre o assunto veja-se MATOS, Ana Cardoso de (coord), MENDES, Fátima e FARIA, Fernando, 2003 - *O Porto e a Electricidade*, Lisboa, EDP, p. 76.

inícios do século XX se procurou estabelecer uma empresa que assegurasse a distribuição de electricidade para consumidores privados.

É justamente o surgimento e a posterior evolução desta empresa – a Sociedade Eborense de Electricidade - que se procura abordar neste texto. Da sua actividade não ficou nenhum arquivo, só se conhecendo um único relatório impresso<sup>5</sup>. Daí que seja necessário recorrer aos jornais, com particular destaque para o *Notícias de Évora*, à documentação municipal, às *Estatísticas da Instalações Eléctricas* e a outras fontes complementares. Esta opção, a única possível, embora permita fazer a reconstituição da história e da actividade desta empresa, dificulta a aproximação à sua estrutura organizativa e à sua gestão empresarial.

No caso das empresas que lidam com serviços que interferem directamente na qualidade de vida das populações, os jornais são uma importante fonte de informação sobre os principais acontecimentos relacionados com essas mesmas empresas. O funcionamento e as opções tomadas por estas Sociedades afectavam directamente o quotidiano da população despertando, por isso, o interesse dos leitores, razão mais que suficiente para que fossem uma constante nos jornais da cidade.

## 2. A Companhia Eborense de Electricidade

### 2.1. Das primeiras iniciativas à constituição definitiva da Companhia Eborense de Electricidade

No início do século XX a iluminação pública e privada da cidade de Évora estava concessionada à Companhia do Gás, em regime de exclusividade<sup>6</sup>. Contudo, a má qualidade com que o mesmo era produzido e distribuído e os altos preços praticados para o consumo privado criaram na cidade uma opinião pública favorável à introdução da electricidade. Para esta adesão contribuiu também o exemplo de outras cidades portuguesas, nomeadamente da cidade de Portalegre que desde 1901 era iluminada a luz eléctrica. Aliás, o interesse por esta iluminação transparecia nos jornais da região, que nesta altura publicaram uma série de notícias em que realçavam as vantagens da introdução da electricidade na cidade. No caso de Évora o jornal *Notícias d'Evora* assumiu-se mesmo como o porta-voz da defesa da iluminação eléctrica

Este ambiente favorável contribuiu para que em Junho de 1902, Luis Barahona Caldeira Castel-Branco e Eduardo Martins requeressem à Câmara Municipal de Évora autorização para estabelecer a iluminação eléctrica para consumo privado. Ao apresentar esta proposta os requerentes consideravam “interpretar os bons e louváveis desejos de todas as classes sociais desta cidade concernentes à instalação de luz eléctrica para sua iluminação própria”<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> Companhia Eborense de Electricidade, 1937 - *Relatório da Gerência de 1937*, Lisboa, Sociedade Tipográfica.

<sup>6</sup> Sobre esta empresa veja-se MATOS, Ana Cardoso de, 2001 - *Aspectos técnicos e empresariais do abastecimento de gás e electricidade à cidade de Évora (1890-1942)*. “A Cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal de Évora”, Évora, CME, II série, nº 5, p. 291-320, também disponibilizado em <http://www.historia-energia.com/imagens/conteúdos/A1ACM.pdf>

<sup>7</sup> ADE, Actas das Sessões da Câmara, livro 798, fol. 195v.

Como era difícil prever o número dos possíveis consumidores e, não contavam, à partida, com a iluminação pública, era necessário garantir a existência um mínimo de clientes que viabilizassem a empresa que se viesse a constituir. Assim, logo a partir de Junho os promotores da iniciativa publicaram nos jornais da cidade um anúncio em que solicitavam aos habitantes que pretendessem aderir a esta iluminação que indicassem “o número de lâmpadas de que julgam carecer, fornecendo assim um valioso elemento de cálculo, realmente indispensável para os trabalhos preparatórios. Pede-se a designação de moradas, para cálculo de distâncias”<sup>8</sup>. Estas informações, embora não fossem vinculativas, permitiam fazer um cálculo do consumo e conhecer a forma como os potenciais consumidores de electricidade se distribuíam pela cidade, elementos fundamentais para estabelecer a potência a instalar, planificar a construção da rede de distribuição e determinar os preços de venda que deviam ser fixados.

Com base nesses dados o engenheiro electrotécnico Maximiano Gabriel Apolinário elaborou um estudo da viabilidade económica da nova empresa<sup>9</sup>. Este estudo permitiu-lhe demonstrar, na reunião preparatória da constituição da Companhia Eborensis de Electricidade realizada em finais de Julho, que a luz eléctrica podia ser fornecida a preços mais baixos do que aqueles que eram praticados pela Companhia do Gás e que o capital que se empregasse nesta empresa daria um juro de 6%<sup>10</sup>.

Estavam dados os primeiros passos para a constituição da Companhia Eborensis de Electricidade, que em finais de Novembro de 1902 publicou na imprensa da cidade os seus Estatutos. Por estes Estatutos estipulava-se que o capital da Sociedade seria representado por 5.000 acções de 10\$000 cada uma. A direcção da empresa seria entregue a dois directores gerentes eleitos trienalmente, os quais antes de assumir o cargo deviam depositar no cofre da Sociedade, à guarda do conselho fiscal, 100 acções desta companhia que serviam de garantia da sua gerência.<sup>11</sup> Para o primeiro triénio foram eleitos como directores gerentes Luis de Barahona Caldeira Castelo Branco e Eduardo Martins.

Cerca de 30% das acções desta Companhia foram de imediato subscritas por vários dos mais destacados membros da elite eborensis. Entre estes contavam-se Francisco Eduardo de Barahona Frago, que adquiriu 500 acções, e Francisco Barahona Frago de Mira<sup>12</sup>, que subscreveu 300 acções. Seguiam-se, com 100 acções cada, Luís Barahona Caldeira Castelo Branco, Eduardo Martins, o padre José Farinha Martins e José Estevão Cordovil. Nos meses seguintes as acções subscritas elevaram-se a 2.943, distribuídas por 356 accionistas, o que correspondia apenas a 58,9% do capital e demonstrava uma grande dispersão do mesmo<sup>13</sup>.

Apesar do interesse inicial dos eborenses em investir nesta Companhia, dois anos depois a totalidade do capital necessário para a construção da central eléctrica e da rede de distribuição

<sup>8</sup> *Notícias d'Evora*, Ano II, nº 527, 21 de Junho de 1902, p.1.

<sup>9</sup> Não foi possível determinar o número de respostas em que se baseou o estudo de Maximiano Apolinário.

<sup>10</sup> *Notícias d'Evora*, Ano II, nº 557, 27 de Julho de 1902, p.1.

<sup>11</sup> *Notícias d'Evora*, Ano II, nº 662, 29 de Novembro 1902, p.1 e nº 663, 30 de Novembro de 1902, p.1

<sup>12</sup> Francisco Eduardo de Barahona Frago, filho do 1º visconde da Esperança foi o segundo marido de Inácia Angélica Fernandes, neta de Joaquim António de Sousa Matos e Joaquim José Fernandes, e que estivera casada em primeiras núpcias com José Maria Ramalho Diniz Perdígão. FONSECA, Hélder Adegar, 1996 - *O Alentejo no século XIX. Economia e atitudes económicas*, Lisboa, INCM, p.214-215.

<sup>13</sup> Entre 3 de Agosto e 22 de Outubro o jornal *Notícias d'Evora* publica a relação dos subscritores desta Companhia.

de electricidade continuava por realizar. Situação que, em parte, era devida aos baixos rendimentos da maior parte dos eborenses. No entanto, a guerra constante que a Companhia do Gás moveu contra esta empresa, tentando por todos os meios ao seu alcance inviabilizar o seu funcionamento, deve também ter contribuído para criar um ambiente pouco favorável a mobilizar os pequenos investidores.

Em 1904, altura em que terminava o prazo da concessão que lhes fora atribuída, Luis de Barahona Caldeira Castelo Branco e Eduardo Martins, não tendo conseguido realizar a totalidade do capital, informaram a Câmara que desistiam da mesma. Na mesma data em que esta informação deu entrada na Câmara, José António de Oliveira Soares, José Ribeiro Cardoso e Maximiano Gabriel Apolinário requereram para si a concessão de fornecimento de electricidade para particulares pelo mesmo prazo e condições com que fora atribuída aos anteriores concessionários. A coincidência das datas e o facto de todos eles terem estado envolvidos na tentativa inicial de lançar a Companhia Eborenses de Electricidade, leva a pressupor que ou se tratou se uma iniciativa concertada ou que uma parte dos promotores do projecto da introdução da electricidade em Évora continuava a acreditar na sua viabilidade.

Em 1 de Dezembro de 1904 foi atribuída aos novos requerentes, que entretanto se tinham unido com José Estevão Cordovil, a concessão da iluminação eléctrica para particulares na cidade de Évora. Para obter os capitais necessários os concessionários decidiram retomar a ideia de constituir uma Companhia. Em 2 de Maio de 1905, numa reunião que teve lugar no Círculo Eborenses e que foi presidida pelo engenheiro Adriano Monteiro, ficou formalmente constituída a Companhia Eborenses de Electricidade<sup>14</sup>. Pouco depois, em reunião da Assembleia-geral, foram discutidos e aprovados os seus Estatutos<sup>15</sup>.

O capital inicial com que foi constituída a Sociedade ascendia a 25.000\$000 reis repartidos por 2.500 acções de 10\$000 réis. Este valor representava metade daquilo que havia sido proposto em 1902, mas o desaire dessa iniciativa e o facto de a subscrição das acções que nessa altura foram postas no mercado se ter limitado a pouco mais de 50% deve ter obrigado a reequacionar o investimento a realizar e a limitar, à partida, a dimensão e os custos da rede eléctrica.

A gestão da empresa ficava a cargo de quatro directores solidários e corresponsáveis nos actos, eleitos trienalmente, que se encarregavam da gestão corrente da empresa. Antes de tomarem posse do cargo os directores deviam depositar no cofre da Companhia cem acções da mesma que serviam de garantia da sua gestão. Ao Conselho fiscal competia a fiscalização trimestral das contas da empresa.

A gestão técnica era assegurada por um engenheiro director técnico, excepto quando um dos membros da direcção tivesse competências para assegurar essa mesma gestão, como aconteceu neste caso em que a direcção integrava o engenheiro electrotécnico Maximiano Apolinário.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> *Noticias d'Evora*, Ano V/N.º 1378, 2 de Maio de 1905, p.2. A escritura de constituição foi assinada em 15 de Julho de 1905 e publicada no *Diário do Governo* de 9 de Agosto desse ano.

<sup>15</sup> Nesta reunião, teve lugar em 21 de Maio de 1905, a Assembleia deu plenos poderes a uma comissão, composta por Adriano Monteiro, J. Maria Cardoso e Bugalho Pinto, que se podiam agregar outros elementos, para darem a última redacção às emendas introduzidas. *Noticias d'Evora*, Ano V/N.º 1397, 24 de Maio de 1905, p. 2.

<sup>16</sup> Maximiano Gabriel Apolinário possuía o curso de engenharia electrotécnica do Instituto de Montefiore, que funcionava na Universidade de Liège. Era membro da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, e depois da

Como directores da Companhia para o primeiro triénio foram eleitos os accionistas concessionários José António de Oliveira Soares, José Ribeiro Cardoso, Maximiano Gabriel Apolinário e José Estêvão Cordovil. Para a mesa da Assembleia-geral, foram eleitos, por unanimidade, os seguintes: Presidente – Visconde da Esperança; Vice-presidente – Dr. João Martins da Silva Marques; 1.º Secretário – José Cordovil Caldeira Castel-Branco; 2.º Secretário – António Joaquim Caeiro; Suplentes – António de Calça e Pina e António José Rosado Vitória.

## 2. 2. A evolução financeira da Companhia até à municipalização

Os primeiros tempos desta empresa foram marcados por grandes dificuldades financeiras, situação que se deveu à escassez de capital com que a empresa se constituiu e aos custos de instalação da rede de distribuição, que foram muito mais elevados do que inicialmente se previra.

Em 1906, a insuficiência de capitais para concluir os trabalhos de instalação da Central Eléctrica e da rede de distribuição obrigou a uma nova emissão de 15 contos de acções, decisão que foi aprovada na reunião da Assembleia-geral de 10 de Novembro desse ano<sup>17</sup>. No entanto, contrariamente ao esperado, esta emissão de acções teve pouca receptividade e dois anos depois ainda não estava subscrita a totalidade do capital. Para resolver a situação de impasse em que se encontrava a Companhia, o Visconde da Esperança propôs a emissão de 300 obrigações de juro de 5% com dez prémios que variavam entre os 38\$000 e os 5\$000 réis, amortizáveis em 30 anos<sup>18</sup>. A subscrição destas obrigações<sup>19</sup> iniciou-se em 12 de Março de 1909 e o seu valor era pago em três prestações: 20\$000 réis no acto de inscrição, 15\$000 30 dias depois e 15\$000 réis 60 dias depois da 1ª prestação. A amortização anual era feita por meio do sorteio de 10 obrigações, competindo às 5 sorteadas os seguintes prémios: 1º - 25\$500 réis; 2º - 20\$500 réis; 3ª - 15\$500 réis; 4º - 10\$500 réis; 5º - 5\$500 réis. As 5 restantes eram reembolsadas ao par. As obrigações começariam a vencer no dia 1 de Maio<sup>20</sup>.

A dificuldade em colocar as obrigações obrigou a empresa a recorrer ao crédito, o que só conseguiu pagando um elevado juro (8%).

O atraso nas obras e a situação deficitária da Companhia criaram um clima de tensão entre os vários directores. O engenheiro Maximiano Apolinário, o director a quem competia o acompanhamento técnico das obras, foi acusado de não se ter deslocado a Évora com a “prontidão,

---

Ordem dos Engenheiros, e publicou vários artigos sobre electricidade na *Revista de Obras Públicas e Minas* e na *Revista da Ordem dos Engenheiros*. Quando foi criado o Instituto Superior Técnico foi nomeado professor da disciplina de Electrotecnia geral e construções e da disciplina de Instalações industriais.

Apolinário é um exemplo dos engenheiros portugueses que tendo feito a sua formação na área da engenharia electrotécnica no estrangeiro esteve ligado à criação de redes de electricidade em Portugal. MATOS, Ana Cardoso de, 2006 - *Les ingénieurs et la création des réseaux de gaz et d'électricité au Portugal : transferts et adoption de technologies (1850-1920)* in Michèle Merger (dir), « Les transferts technologiques en Méditerranée », Paris, PUPS, p. 185-205.

<sup>17</sup> Decisão aprovada na reunião da Assembleia-geral de 10 de Novembro de 1906.

<sup>18</sup> Para analisar as vantagens e inconvenientes desta proposta foi eleita uma comissão composta por cinco membros: Visconde da Esperança, o engenheiro Adriano Monteiro, o Dr. Ramos, Estêvão Pimentel e o padre Farinha na Reunião da Assembleia-geral de 5 de Maio de 1908. *Notícias d'Evora*, Ano VIII, nº 2274, 7 de Maio de 1908, p.1

<sup>19</sup> A sua emissão foi aprovada por Portaria de 26 de Outubro de 1908 publicada no *Diário do Governo* de 30 desse mês.

<sup>20</sup> *Notícias d'Evora*, Ano IX/N.º 2598, 9 de Junho de 1909, p.3.

aliás necessária em negócios desta natureza” sempre que surgiam problemas técnicos. O próprio Apolinário confirmou que lhe era impossível estar permanentemente disponível e que só se poderia deslocar a Évora “quando outros negócios não reclamassem a sua presença noutra parte”<sup>21</sup>. Mas, sentindo-se objecto de críticas e estando envolvido noutras obrigações e projectos<sup>22</sup>, Maximiano Apolinário apresentou a sua demissão na Assembleia-geral de 5 de Agosto de 1908. Esta demissão obrigou a contratar um técnico da especialidade para acompanhar os trabalhos, tendo sido escolhido o engenheiro Francisco Caldeira Didier<sup>23</sup>.

Nos anos seguintes, como consequência do aumento do consumo de electricidade, a situação financeira da Companhia alterou-se substancialmente. No início de 1910, esta empresa apresentava de um débito em letras de 11.000\$00, mas a partir de 1911 a situação inverteu-se. Como noticiou o jornal *Notícias d'Evora* em Fevereiro desse ano

“no relatório se diz e pelas contas se vê que a gerência de 1910 acusa o rendimento líquido de 3.526\$474 réis, o que daria perfeitamente para, já neste ano, ser distribuído pelos accionistas um belo dividendo, se a Companhia não houvesse tomado impulso com capital insuficiente para as necessidades de instalação e não tivesse, por consequência, no mais puro dever de boa administração, de amortizar dinheiros que se viu obrigada a levantar a juros, suprindo por esse meio, a deficiência do capital originário”<sup>24</sup>.

Ao longo desse ano a Companhia foi conseguindo amortizar as letras a pagar e, enquanto em 1910 esse valor se elevava a 11.094\$810 réis, em Dezembro de 1911 diminuíra para 3.327\$685 réis<sup>25</sup>, o que lhe permitiu propor a distribuição um dividendo de 5% aos vários accionistas<sup>26</sup>.

Nos anos seguintes o desafogo financeiro que se tinha conseguido foi comprometido pela necessidade de realizar novos investimentos na ampliação da Central Eléctrica e rede canalizações de modo a dar resposta ao constante aumento do consumo de electricidade, situação que obrigou a empresa a recorrer novamente ao crédito e à emissão de novas acções. Logo em 1912 a empresa viu-se obrigada a lançar no mercado uma segunda emissão de acções na importância de 15 contos de réis dividida por 1500 acções.

A partir 1917, quando a empresa passou a assegurar também a iluminação pública<sup>27</sup>, a dimensão da Central eléctrica tornou-se claramente insuficiente para garantir o aumento do

<sup>21</sup> *Notícias d'Evora*, Ano IX/N.º 2528, 13 de Março de 1909, p.4.

<sup>22</sup> Em 1907, foi co-autor de um projecto não concretizado de aproveitamento energético do Rio Tejo. A partir de 1912 foi professor do Instituto Superior Técnico, onde regeu as disciplinas de Electrotécnica Geral e Construções Industriais.

<sup>23</sup> Este engenheiro mantém-se na direcção técnica da Companhia Eborense de Electricidade até 1942.

<sup>24</sup> *Notícias d'Evora*, Ano XII, n.º 3117, 21 de Fevereiro de 1911, p. 1

<sup>25</sup> *Notícias d'Evora*, Ano XII, n.º 3367, 14 de Dezembro de 1911, p.1.

<sup>26</sup> RODRIGUES, António Lopes, 1943 - *Subsídios para história da iluminação pública em Évora* in “A cidade de Évora”, ano 1, n.º3, Junho, p. 86.

<sup>27</sup> A iluminação pública a gás tinha sido municipalizada, mas esta experiência, ainda que de curta duração, foi extremamente negativa, nomeadamente pelo grande deficit que apresentou este serviço Face ao fracasso da tentativa de municipalizar os serviços de iluminação a Câmara optou por aceitar a proposta da Companhia Eborense de Electricidade de comprar a Fábrica de Gás por 24.000\$000, e ao mesmo tempo ceder-lhe a iluminação pública da

consumo público e privado. Por isso, começou-se a estudar a hipótese de construir uma nova Central num outro espaço da cidade. No entanto, o empate de capital feito com a aquisição da fábrica de gás, que a Companhia Eborense de Electricidade fora obrigada a comprar para obter a concessão da iluminação pública<sup>28</sup>, e os sucessivos investimentos na aquisição de novas máquinas e no alargamento da rede de distribuição, tinham criado uma situação financeira pouco favorável a um investimento dessa dimensão. Além disso, a situação de guerra que se vivia desde 1914 dificultou e encareceu o abastecimento de combustível e contribuiu para o aumento dos ordenados dos funcionários da Companhia. Como forma de superar a situação de crise, em Junho de 1918 os directores da empresa solicitaram à Câmara autorização para aumentar os preços da energia.

Em 1920, na sequência do pedido da Companhia para aumentar o preço da electricidade e para suspender o fornecimento de energia durante três dias por semana, a Câmara Municipal nomeou uma comissão, constituída por Antonio Gomes Namorado, Raul Matroco e Artur Rocha Carvalho para estudar o assunto. O trabalho desta comissão permitiu-lhe concluir que as dificuldades financeiras da Companhia eram em grande parte resultantes de problemas técnicos, pois “se a Companhia possuísse um grupo electrogénio de menor potência ou de potência susceptível de variação não seriam perdidas na rede quase 75% da energia produzida<sup>29</sup>”.

Nos anos seguintes a situação financeira da Companhia agravou-se<sup>30</sup>, razão porque em 1923 voltou a requerer à Câmara autorização para aumentar de novo os preços da electricidade, argumentando que estava na eminência de suspender o funcionamento da Central por não dispor de recursos monetários para adquirir o combustível necessário. Este pedido que foi aprovado pela Câmara, embora com carácter transitório, permitiu à empresa recuperar financeiramente.

Dado o carácter transitório do aumento de preços previa-se a sua diminuição nos anos seguintes. Apesar disso, na sessão camarária de 5 de Novembro de 1925, o vereador Arquimínio Caeiro considerou que, embora as tarifas pudessem ser revistas, pois o estado financeiro da Companhia Eborense tivera uma clara melhoria<sup>31</sup>, a diminuição das tarifas impossibilitaria a Companhia de criar um fundo de reserva que lhe permitisse continuar a investir no aumento da potência da Central Eléctrica, investimento necessário para dar resposta aos novos pedidos de fornecimento de energia eléctrica, quer para a iluminação privada, quer para as indústrias<sup>32</sup>.

---

cidade. Sobre o assunto veja-se BERNARDO, Maria Ana, 2001- *A modernização das infraestruturas de saneamento na cidade de Évora: as vicissitudes do processo* in “A Cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal de Évora”, Évora, CME, II série, nº 5 p.268-270

<sup>28</sup> Apesar de terem vendido o edifício o valor realizado ficou aquém do valor dispendido.

<sup>29</sup> *Notícias de Évora*, Ano XXI, 14 de Outubro de 1920, p.1.

<sup>30</sup> Em 1921 o prejuízo foi de 20.567\$61, em 1922 de 21.829\$26 e em 1923 de 51.548\$73. RODRIGUES, 1943:89.

<sup>31</sup> As dívidas estavam reduzidas a 100 contos, tendo sido já amortizados 200 contos, e a Companhia introduzira importantes melhoramentos mecânicos

<sup>32</sup> ADE, Actas das Sessões da Câmara, livro nº812, fols 70-80v. Por exemplo, o número de lâmpadas instaladas na Estação de Caminho de Ferro foi aumentado, em 1924, para 79 e a energia era fornecida a 3 escudos o Kilowatt. ACME, “Termo do novo contracto celebrado entre a Companhia Eborense de Electricidade para a iluminação electrica da estação d’Evora, e a administração dos caminhos de ferro de sul e sueste”.

Face esta argumentação e procurando impor à Companhia a obrigação de modernizar a Central, a Câmara optou por substituir o contrato estabelecido em 1916 por um novo contrato<sup>33</sup>.

Assim, em 15 de Junho de 1926 foi assinado um novo contrato, com a duração de 30 anos, pelo qual se alargou a área da concessão<sup>34</sup>, ao mesmo tempo que se impunha à Companhia Eborense de Electricidade a obrigação de manter em bom estado a Central Eléctrica, cuja potência não podia ser inferior a 280 kWh, com uma reserva de 50% desta potência, e “criar um fundo de reserva para compra e substituição de maquinismos que será constituído com a percentagem de 12% sobre a receita bruta da venda de toda a energia eléctrica”, o qual devia estar concluído em 1 de Abril de 1931<sup>35</sup>. À empresa competia ainda assegurar a instalação das linhas de alimentação necessárias ao estabelecimento de novas instalações eléctricas quando um ou mais consumidores garantisse um consumo mínimo de 13 mil kWh por ano.

Apesar dos investimentos que a Companhia Eborense de Electricidade realizou na sua rede eléctrica de modo a garantir, por um lado, a qualidade e a regularidade do fornecimento, e, por outro, a resposta ao aumento do consumo público e privado, em 1931 a empresa vivia um período de maior desafio económico. O lucro desse ano ascendeu a 100.185\$27 e foi possível distribuir um dividendo de 10%<sup>36</sup>. A situação manteve-se favorável até ao fim dessa década, o que permitiu à Companhia Eborense de Electricidade liquidar as obrigações e a dívida que tinha para com a Câmara desde à altura da aquisição da fábrica de gás. No entanto, o desencadear da 2ª Guerra Mundial alterou por completo a situação e a escassez de combustíveis e o seu alto preço impossibilitaram-na de continuar a fornecer electricidade. Daí que, apesar de o contrato só terminar em 1947, em 1942 a vereação tenha tomado a iniciativa de entrar em negociações com a Companhia Eborense de Electricidade, para municipalizar o abastecimento de electricidade à cidade, e com a Junta de Electrificação Nacional e as várias Companhias interessadas neste negócio, para encontrar alternativas que assegurassem o fornecimento de electricidade em condições mais favoráveis. Entre estas encontrava-se a União Eléctrica Portuguesa, empresa que se tinha constituído no Porto, em 1919, e que a partir de 1920 tinha alargado a sua rede de fornecimento de electricidade a várias regiões do país, tendo atingido o distrito de Setúbal em 1932<sup>37</sup>.

Como resultado das negociações a distribuição de electricidade à cidade de Évora foi, por decreto de 10 de Março de 1942, atribuída à União Eléctrica Portuguesa. Como contrapartida do direito de ampliar aos concelhos de Montemor e Évora, com declaração de utilidade pública, a sua rede distribuição de Setúbal<sup>38</sup>, esta empresa ficava obrigada a construir e abrir à exploração

<sup>33</sup> Aprovado pelo Governo em 29 de Agosto de 1927. *Diário do Governo*, 2ª série, nº204 de 30 de Agosto de 1927.

<sup>34</sup> Nesta área passou a incluir-se a parte rural da freguesia da Sé, ficando o concessionário obrigado a estabelecer à sua custa as sub-estações, postos de transformação e distribuição necessários para a produção e distribuição de energia.

<sup>35</sup> Artigo 8ª do Contrato

<sup>36</sup> RODRIGUES, 1943:90.

<sup>37</sup> Sobre o assunto veja-se ALVES, Jorge Fernandes, 1999 - *Cooperativismo e Electrificação Rural. A Cooperativa Eléctrica do vale d'Este* in “População e Sociedade”, nº5, p. 31-32.

<sup>38</sup> A União Eléctrica Portuguesa era detentora da Central térmica da Cachofarra que entrou em serviço em Setúbal em 1930 com a finalidade de fornecer electricidade para a zona industrial do Sul do Tejo. SOUSA, Francisco

até aos primeiros meses de 1943, uma linha provisória de 30.000V do posto de transformação do Pego do Altar a Évora, podendo também construir ramais a tensão não inferior a 6.000V<sup>39</sup>.

Esta solução pressupunha que a Companhia Eborense de Electricidade desistisse da sua concessão e transferisse para a Câmara Municipal os seus equipamentos, decisão que foi tomada na reunião da Assembleia geral em 5 de Novembro de 1942<sup>40</sup>. Por Portaria de 22 de Dezembro de 1942, o governo aprovou a municipalização dos serviços de distribuição de energia eléctrica à cidade de Évora.

### 2. 3. A construção da Central eléctrica e da rede de distribuição de electricidade e o seu posterior alargamento

Após a sua constituição uma das primeiras preocupações da Companhia Eborense de Electricidade foi a escolha do terreno para instalar a Central Eléctrica. Procurando minimizar os custos com a compra de um espaço, em 1905 os directores da empresa solicitaram à Câmara de Évora que lhes fossem cedidos 1.926 metros quadrados dos terrenos das antigas fortificações, que em 15 de Agosto de 1870 tinham sido concedidos ao município pelo Ministério da Guerra para vários fins de utilidade pública<sup>41</sup>. Concordando a edilidade com a cedência desses terrenos a troco de uma pequena compensação pelos trabalhos de terraplanagem e arborização que tinham feito nos mesmos, a Companhia entrou em negociações com o Ministério das Guerra, mas não conseguiu chegar a acordo.

O problema da localização da Central só ficou resolvido em Março de 1906 com a compra, por 81\$600, de um terreno de 1.632 m<sup>2</sup> localizado junto aos muros da cidade e ao ferragial do Buraco dos Colegiais<sup>42</sup>. Os atrasos na aquisição do terreno inviabilizaram o cumprimento do prazo estabelecido para se dar início à distribuição de electricidade, o que obrigou a solicitar à edilidade um prolongamento do mesmo.

Entretanto o engenheiro Maximiano Gabriel Apolinário foi encarregado de realizar os estudos para a construção da Central. Na sequência desses estudos em Dezembro de 1905 foi aberto um concurso público para o fornecimento do equipamento necessário para a Central. A este concurso apresentaram-se seis empresas: Harker, Sumner & C.<sup>a</sup>; Empresa Industrial Portuguesa; John Sumner & C.<sup>a</sup>; Alfredo Kendall & C.<sup>a</sup> (Limitada); Droeger; e Leone, representante da Sociéte d'Éclairage Électrique.

Depois de analisadas as propostas o fornecimento de motores e rede eléctrica foi adjudicado à firma Alfredo Kendall & C.<sup>a</sup>, Lda<sup>43</sup>, com sede em Lisboa, com a qual se assinou um contrato em 29 de Março de 1906<sup>43</sup>. Por este contracto a firma Kendall & C.<sup>a</sup> comprometia-se a fornecer

---

de Almeida e, 1998 – *Subsídios para a História da Electrificação Portuguesa* in Jorge Fernandes Alves (coord), “A indústria Portuense em Perspectiva Histórica”, Porto, CLC-FLUP, p.155.

<sup>39</sup> *Diário do Governo*, II série, 11 de Novembro de 1941, p.5885.

<sup>40</sup> Nesta reunião foi aprovada por unanimidade a entrega da Companhia à Câmara.

<sup>41</sup> ADE, Correspondência da Câmara, 1900-1910, Livro 97, fol 303 e 309

<sup>42</sup> Este terreno pertencia a Francisco Joaquim Bugalho e Francisco Cordovil Galopim

<sup>43</sup> *Notícias d'Évora*, Ano VI/N.º 1582, 6 de Janeiro de 1906, p.1.

e montar o material no prazo de um ano após a encomenda do mesmo e a respeitar os itens que estavam estipulados no caderno de encargos do concurso<sup>44</sup>. Como contrapartida recebia um terço do pagamento na altura da encomenda, um terço contra a entrega dos materiais e o último terço um ano depois do pagamento da segunda tranche. Para garantir o cumprimento das condições do contrato, a firma Kendall & C<sup>a</sup> depositou no Banco Eborense à ordem da Companhia Eborense de Electricidade cinco por cento do valor do mesmo<sup>45</sup>.

Sendo necessário verificar a possibilidade de distribuir electricidade por cabos subterrâneos, em 1 de Janeiro de 1906 a direcção da Companhia solicitou à Câmara Municipal autorização para fazer sondagens nas ruas da cidade, com o fim de verificar se existiam inconvenientes na colocação desses cabos<sup>46</sup>. Concedida a autorização a empresa iniciou os trabalhos o que deu origem a conflitos constantes com a Companhia do Gás, que apresentou um protesto na Câmara pelo facto da edilidade ter autorizado a Companhia Eborense de Electricidade a proceder a pesquisas nas ruas da cidade para determinar se era adequado fazer ligações eléctricas por via subterrânea<sup>47</sup>.

Os conflitos com a Companhia do Gás devem ter sido determinantes para a opção de estabelecer a rede eléctrica por fios aéreos assentes em postes. Assim, em Novembro de 1906 a Companhia Eborense de Electricidade iniciou a colocação dos postes e consolas que suportariam os fios da rede de distribuição de electricidade<sup>48</sup>. Estava prevista a colocação de 29 postes distribuídos da seguinte forma: Largo do Seminário (2 postes), Carreira do Menino Jesus (2 postes); Largo da Porta Nova; Largo d'Avis; Rua do Paço; Largo de S. Francisco; Largo dos Castelos; Avenida Barahona (2 postes) Largo da Porta de Moura; Largo de Diana; Praça do Geraldo; Pátio de S. Miguel<sup>49</sup>.

Os trabalhos de instalação da Central Eléctrica e da rede de distribuição prolongaram-se mais do que inicialmente estava previsto<sup>50</sup> e os custos ultrapassaram as previsões que tinham sido feitas e que estavam contempladas no orçamento.

Sendo o autor dos estudos técnicos e da previsão orçamental relativos à instalação da Central Eléctrica e da rede de distribuição, Maximiano Apolinário justificou, na reunião da Assembleia-geral de Novembro de 1906, o aumento das despesas,

“pela conveniência que houvera em adquirir máquinas de maior número de cavalos de força – isto pela possibilidade de haver maior número de focos de luz a alimentar – e pela necessidade impreterível de depurar as águas destinadas a refrigerar os maquinismos, as quais no estado em que as fornecia a

---

<sup>43</sup> No notário Joaquim Maria Pinto, localizado na Rua Serpa Pinto, 23, em Évora. ADE Livro Notarial do Concelho de Évora, 1905, Livro 2002, fols 44-47.

<sup>44</sup> O facto de não ter sido possível encontrar este caderno de encargos impossibilita o conhecimento daquilo que estava estabelecido.

<sup>45</sup> ADE Livro Notarial do Concelho de Évora, 1905, Livro 2002, fols 44-47., fol 46.

<sup>46</sup> *Notícias d'Évora*, Ano VI/N.º 1592, 19 de Janeiro de 1906, p. 1.

<sup>47</sup> Consultado o advogado, o Dr. Martinho Pedro Pinto Bastos, este foi do parecer que a Câmara só tinha contrato de exclusividade com a Companhia de Iluminação a Gás para o fornecimento público e que, por isso, esta não podia interferir nas decisões sobre a iluminação particular. ADE, Actas das Sessões da Câmara, Livro n.º 800, fols 119-121.

<sup>48</sup> ADE, Correspondência da Câmara, 1900-1910, Livro 98, fol 230

<sup>49</sup> ADE, Correspondência da Câmara, Livro 99, fols 179 -180

<sup>50</sup> Obrigando a Companhia a solicitar a prorrogação do prazo inicial por mais um ano, sem exclusivo.

nascente eram prejudiciais à conservação dos maquinismos; e ainda para reforçar o caudal que era insuficiente para o consumo. E tudo isto, que não pudera ter sido previsto no orçamento inicial, onerara em sete contos, aproximadamente, a verba nele orçada para a instalação da central eléctrica<sup>51</sup>.

A montagem inicial da rede de distribuição também não previu a divisão da distribuição de electricidade por sectores, situação que tinha o inconveniente de sempre que havia uma avaria em qualquer ponto da rede o corte de energia ser extensivo à totalidade da mesma, provocando queixas por parte dos consumidores. Em 1911 atendendo às vantagens de dividir a rede por sectores a companhia adquiriu no estrangeiro o material necessário para essa modificação.

Face ao aumento crescente do consumo neste mesmo ano a Companhia de Electricidade começou a encarar a hipótese de montar um motor de 300HP e substituir os motores a gás existentes na Central por motores a vapor. Assim, em 1912 abriram um concurso para o fornecimento de uma máquina a vapor, dois dínamos e um quadro de distribuição. Em 30 de Julho de 1912, altura em que terminava o prazo do concurso, concluiu-se que tinham sido entregues propostas pelas seguintes seis empresas: A.E.G. Thompson Houston Ibérica; F. Street & C.<sup>a</sup>; Companhia Portuguesa de Electricidade; Siemens Scherckertverke; Empresa Eléctrica H.B.C.; R. Wolf, Magdeburg Buckan<sup>52</sup>. Após a análise das condições apresentadas pelas várias empresas decidiu-se adjudicar o fornecimento da maquinaria necessária à empresa F. Street & C<sup>a</sup>, Lda do Porto, que se propunha entregar o material pronto a funcionar no prazo de 6 meses<sup>53</sup>. A máquina a vapor era do sistema Compound e conjugada com os dois dínamos podia desenvolver a energia eléctrica para alimentar 150.000 velas<sup>54</sup>. O quadro eléctrico de grandes dimensões era de lousa esmaltada e possuía “todos os aparelhos eléctricos mais modernos e aperfeiçoados de modo a garantir uma regularidade absoluta no funcionamento da luz e uma fácil verificação e manobras por parte do maquinista”<sup>55</sup>.

No ano seguinte foi posto a concurso o fornecimento de “uma caldeira multitubular (aquotubular) para pressão de trabalho de 13 kg por cm<sup>2</sup>, com uma superfície e aquecimento não inferior a 1, 13 m<sup>2</sup>, e munida de sobreaquecimento não inferior a 23 m<sup>2</sup>, para trabalhar a carvão ou a lenha”, que devia produzir uma quantidade mínima de 165 quilos de vapor por hora à pressão de 13 quilos e sobreaquecido a 300° centígrados<sup>56</sup>. A escassa dimensão da Central levava a que o modelo preferido fosse o tipo Babcock. Porque o funcionamento das novas máquinas obrigava a um maior consumo de água a Companhia EboreNSE de Electricidade solicitou à Câmara Municipal de Évora a cedência de parte da água do extinto convento de Santa Mónica.

Em 1913, para ampliar o espaço da Central Eléctrica, esta Companhia adquiriu uma parte do ferragal anexo às suas instalações e solicitou à edilidade que colocasse em hasta pública os

<sup>51</sup> *Notícias d'Évora*, 19 de Novembro de 1907, p. 2.

<sup>52</sup> *Notícias d'Évora*, Ano XII/N.º 3557, 31 de Julho de 1912, p.2

<sup>53</sup> Apesar de o prazo ser de seis meses esperava-se que a empresa conseguisse montar a instalação até fins de Novembro de 1912. Qualquer atraso para além dos seis meses implicava pagamento de uma multa diária de 10\$000 réis. *Notícias d'Évora*, Ano XII/N.º 3569, 14 de Agosto de 1912, p.2.

<sup>54</sup> O que, em linguagem actual, representa 10.000 lâmpadas de 15 W.

<sup>55</sup> *Notícias d'Évora*, Ano XIII, nº 3570, 15 de Agosto de 1912, p.2

<sup>56</sup> *Notícias d'Évora*, Ano XIV/N.º 3899, 12 de Setembro de 1913, p.3.

terrenos municipais que não eram necessários para o projecto de melhoramento da rua que ligaria o Largo do Seminário à Estrada da Circunvalação<sup>57</sup>, o que o foi aprovado pela vereação.

Dois anos depois foi introduzida na Central uma nova máquina a vapor da marca Beliss, mas continuava a persistir o problema de fundo, ou seja, a dimensão da Central Eléctrica que não permitia um aumento de potência que desse uma resposta cabal ao desenvolvimento do consumo. Por essa razão, no início da década de 1920 começou-se a encarar a hipótese de construir uma nova central fora dos muros da cidade. Em 11 de Maio de 1921 realizou-se uma Assembleia geral com o fim de se discutir essa hipótese e a realização de um empréstimo, por emissão de obrigações, no valor de 200 mil escudos.

Contudo, as dificuldades financeiras da empresa foram adiando esta solução e o esforço constante a que a Central estava sujeita traduzia-se em avarias periódicas que comprometiam o fornecimento regular de electricidade, situação que as dificuldades em obter a água necessária ao regular funcionamento da Central contribuíam para agravar.

Com grande frequência a avaria das máquinas obrigava à distribuição da electricidade a uma voltagem mais baixa do que a que era aconselhável. Foi o que aconteceu, por exemplo, em 27 de Maio de 1922, altura em que a direcção da Companhia se viu na necessidade de informar os consumidores que

“em virtude de uma grave avaria numa das máquinas a vapor da central eléctrica da companhia, torna-se indispensável reduzir o mais possível o consumo de energia eléctrica durante as horas em que se encontra acesa a iluminação geral da cidade. Desta forma, ficam prevenidos que não poderão trabalhar com os seus motores eléctricos durante aquelas horas, sem o que nos veremos forçados, em nome do interesse geral, a suspender-lhe temporariamente o fornecimento de energia eléctrica.”<sup>58</sup>

A forma deficitária como era feita a distribuição de electricidade à cidade de Évora levou, como se disse, à realização em 1926 de um novo contrato entre a Companhia Eborense de Electricidade e a Câmara Municipal de Évora, no qual se estipulavam as máquinas que deviam ser adquiridas para a Central eléctrica,

“3 caldeiras BABCOK e WIELCOK com sobreaquecedor integral, cada uma com 113 metros quadrados de superfície de aquecimento directo e 23 metros quadrados de superfície de sobreaquecimento; duas máquinas a vapor BELLISS e MORKUM da potencia individual de 175 HP efectivos; accionando uma delas dois dínamos de Siemens Scherckert Werk, da potência individual de 69 kilovatios e a outra dois dínamos Wickers, Lda da potencia individual de 70 Kilovatios, trabalhando cada um grupo sobre a tensão de 440volts”<sup>59</sup>

Na sequência da modernização e ampliação da potência da Central eléctrica impostas por este contrato, em 1928 instalaram-se três novas caldeiras para substituição das existentes e encomendaram-se dois motores a gasóleo Bollicks, mas o atraso no envio dos mesmos levou à

<sup>57</sup> *Notícias d'Evora*, Ano XIV/N.º 3977, 14 de Dezembro de 1913, p. 1

<sup>58</sup> *Notícias d'Evora*, Ano XXII/N.º 6420, 27 de Maio de 1922, p.2

<sup>59</sup> Contrato de 1926

desistência da encomenda acabando por se optar por três motores Belliss & Morcom. Em 1931 foi instalado na Central um novo motor desta marca e no ano seguinte abriu-se concurso para a “ampliação da sua central, com dois grupos electrogéneos, num total de 220 kilowatts”<sup>60</sup>. Obviamente que muitas máquinas instaladas substituíram as existentes que já estavam muito desgastadas.

#### Máquinas instaladas na Central eléctrica entre 1928 e 1937

Anos	Caldeiras		Motores		Geradores		Transformações	
	Quantidade	Marca	Quantidade	Marca	Quantidade	Marca	Quantidade	Marca
1928	3	Babcock & Wilcox	3	Belliss & Morcom	4	Dínamo Siemens		
1931			1	Belliss & Morcom	2	Dínamo Vickers		
1932	3	Babcock & Wilcox	2	Linke Hoffman	1	Dínamo Vickers Siemens		
1935			1	Linke Hoffman	1			
1936					2	Alternador Trifásico 50Hz Siemens	3	Siemens
1937							1	Siemens

Fonte: *Estatística das Instalações Eléctricas 1928 -1937*

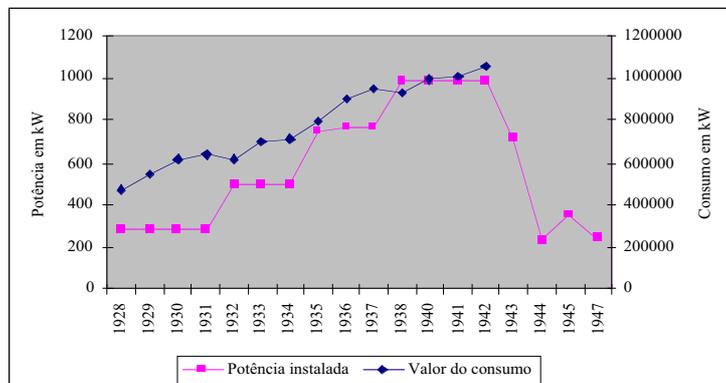
Com a aquisição de novas máquinas ao longo dos anos aumentou a potência instalada na Central eléctrica e até 1938 esse aumento acompanhou, se bem que de forma irregular, o aumento do consumo de electricidade, mas a partir dessa data a dificuldade em obter combustíveis traduziu-se na diminuição significativa da produção de electricidade.

Em 1936, a situação financeira mais desafogada da Companhia Eborense de Electricidade permitiu-lhe ampliar a rede de distribuição e substituir a energia fornecida em alta tensão por corrente alterna. Com esse objectivo adquiriu dois alternadores trifásicos e construiu uma subestação de transformação “que permitia elevar a tensão a 15kV, destinada inicialmente ao fornecimento de energia à Escola de Regentes Agrícolas, situada a cerca de 9 km da cidade e, mais tarde a alimentar uma projectada rede subterrânea”<sup>61</sup>. Em 1938 foi apresentado pelo engenheiro Julião Sena um projecto para estabelecer uma linha de cintura para abastecer os subúrbios da cidade.

<sup>60</sup> *Notícias d'Evora*, 19-02-1932

<sup>61</sup> SENA, Julião, 1944 - *Modificação das características da rede eléctrica de distribuição em Évora no ano de 1943*. “Revista da Ordem dos Engenheiros”, nº 10, Julho - Agosto de 1944, p. 274.

### Evolução da Potência instalada na Central eléctrica e montante de electricidade consumida



Fontes: Para a potência instalada - *Estatísticas das instalações Eléctrica* - 1926  
 Para o consumo de electricidade - Câmara Municipal de Évora. Serviços Municipalizados. *Relatório da gerência e resumo do movimento dos Serviços Municipalizados de um de 1 de Julho de 1932 a 31 de Dezembro de 1942*. "A Cidade de Évora", Ano XI, vol 35-36, 1954, p.61-62.

No entanto, a situação de guerra que a partir de 1939 afectou a economia internacional inviabilizou esta iniciativa. E a dificuldade em obter o combustível necessário para o funcionamento dos motores produtores de energia eléctrica obrigou à redução da iluminação pública em 50% e da iluminação particular em 70%<sup>62</sup>.

Assim, como já em 1938 referira o engenheiro Julião Sena, era "de admitir" que, segundo o plano geral de electrificação do país<sup>63</sup>, qualquer dos grandes distribuidores de energia eléctrica em Portugal estendesse a sua rede de alta tensão até Évora, o que permitiria desactivar a Central existente<sup>64</sup>.

#### 2.4. A conquista de consumidores e a expansão dos consumos

Em 24 de Março de 1908 estando os trabalhos de instalação da rede quase concluídos a Companhia Eborense de Electricidade publicou um anúncio em que avisava os interessados em introduzir a electricidade nas suas casas, que já tinha adquirido "o material necessário para proceder à instalação em casa das pessoas que desejem melhorar a iluminação doméstica, tornando-a asseada e superior a todas", referindo que a electricidade já começara a ser instalada em algumas casas. Quatro dias depois alertava que era "de toda a conveniência que as pessoas que desejem iluminar as suas casas a luz eléctrica mandem desde já proceder à montagem pois, se todos guardam para os últimos dias, não se poderá fazer a inauguração no dia marcado"<sup>65</sup>.

<sup>62</sup> Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Évora. *Relatório da Gerência de 1942 e resumo descritivo do movimento dos Serviços Municipalizados desde 1 de Julho de 1932 a 31 de Dezembro de 1942*, "A Cidade de Évora", Ano XI, vol 35-36, 1954, p. 54.

<sup>63</sup> Neste âmbito foi publicada a lei dos Aproveitamentos Hidráulicos em 1926.

<sup>64</sup> SENA, 1944:276.

<sup>65</sup> Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Évora. *Relatório da Gerência de 1942 e resumo descritivo do movimento dos Serviços Municipalizados desde 1 de Julho de 1932 a 31 de Dezembro de 1942*. "A Cidade de Évora", Évora, CME, 1954, Ano XI Vol. 35-36, p. 56.

Nos finais de Maio já estavam feitas “dezenas de instalações, havendo ainda requisições para montagens”, e o número de lâmpadas colocadas ascendia a 300, existindo já pedidos para mais 500<sup>66</sup>. Entre os aderentes a esta nova forma de iluminação contava-se o jornal *Notícias d'Évora*, que desde o início fora um apologista da iluminação eléctrica na cidade, dando conta das suas vantagens e publicando notícias constantes sobre a empresa que a estava a instalar em Évora. Não podia, por isso, este jornal deixar de glorificar a instalação eléctrica que fora feita na sua redacção

“fina, chique e distinta, um verdadeiro mimo a nossa instalação para luz eléctrica. Só queríamos que os nossos leitores se dessem ao incómodo e a nós o prazer e a honra de uma visita aos nossos escritórios e oficinas para apreciarem este luxo. E tudo isto montado em menos de 2 dias com toda a economia. Em resumo: é o que se chama bom, bonito e barato!”<sup>67</sup>.

Ainda antes de ter iniciado a distribuição de electricidade a Companhia Eborense de Electricidade estabeleceu contratos com várias entidades. Em 1908 assinou um contrato com o Ministério da Guerra que garantia a iluminação a luz eléctrica dos quartéis e edifícios militares da cidade, enquanto o contrato estabelecido em 18 de Janeiro de 1909 com a Companhia dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, se destinava a garantir o fornecimento de electricidade para a iluminação da estação de caminhos de ferro de Évora. Nesta estação deviam ser instalados 36 focos eléctricos aos quais seria fornecida energia ao preço de doze réis o HectoWatt<sup>68</sup>. Em cinco de Outubro desse ano foi a vez de assinar com a Santa Casa da Misericórdia o contracto “de fornecimento de corrente eléctrica para a iluminação de todas as dependências da mesma Santa Casa”. Na Assembleia Geral da Companhia Eborense de Electricidade de 20 de Março desse ano, o provedor da Santa Casa da Misericórdia propôs, na sua qualidade de sócio da Companhia, que o fornecimento de electricidade à Misericórdia tivesse uma redução de 50% do preço praticado, o que foi aprovado<sup>69</sup>.

Inicialmente a inauguração da iluminação eléctrica estava marcada para o dia 8 de Agosto de 1908, mas problemas surgidos com a casa fornecedora do material eléctrico atrasaram essa inauguração. Em 1 de Fevereiro de 1909 realizou-se com sucesso a primeira experiência de acender as lâmpadas eléctricas, mas pouco depois novos problemas com a casa fornecedora, “por conta de quem se estavam fazendo as experiências da luz, foram estas suspendas”<sup>70</sup> e só a partir do final desse mês a energia eléctrica começou a ser distribuída com regularidade.

De início a Companhia Eborense de Electricidade propunha-se instalar 1.100 lâmpadas de 16 velas, mas perante a receptividade que esta nova forma de iluminação teve entre os eborenses

---

<sup>66</sup> *Notícias d'Évora*, Ano VIII/N.º 2239, 24 de Março de 1908, p.1 e Ano VIII/N.º 2242, 28 de Março de 1908, p.1.

<sup>67</sup> *Notícias d'Évora*, Ano VIII/N.º 2285, 20 de Março de 1908, p.2 e Ano VIII/N.º 2290, 26 de Maio de 1908, p.2.

<sup>68</sup> *Notícias d'Évora*, Ano VIII/N.º 2268, 30 de Abril de 1908, p. 1.

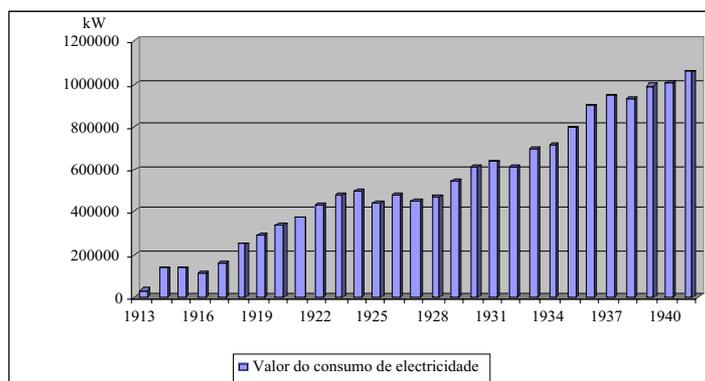
<sup>69</sup> ACME, Cópia do Contracto com a Companhia Eborense de Electricidade para a iluminação eléctrica da estação d' Évora.

<sup>70</sup> ACME, Cópia do contrato de fornecimento de energia eléctrica celebrado entre a Companhia de Electricidade e a Misericórdia d'Évora, e de correspondência oficial que com ele se relaciona.

este número revelou-se insuficiente e ficaram por satisfazer numerosos pedidos de instalação de luzes em habitações privadas.

A evolução dos montantes de electricidade consumida seguiu sempre uma tendência ascendente, embora em alguns anos se tivessem registado uma quebra neste valor, o que pode ser resultante da conjugação da redução do número daqueles que utilizavam a energia eléctrica para iluminação ou força motriz e dos montantes de electricidade consumida *per capita*.

Evolução da electricidade consumida



Fonte: Câmara Municipal de Évora. Serviços Municipalizados. Relatório da gerência de 1942 e resumo descritivo do movimento dos Serviços Municipalizados desde 1 de Julho de 1932 a 31 de Dezembro de 1942. "A Cidade de Évora", 1954, Évora, CME, Ano XI Vol. 35-36, p61-62.

Entre 1913 e 1914 registou-se um salto quantitativo importante no valor do consumo da electricidade resultante do aumento da potência da Central eléctrica, que permitiu dar resposta a vários pedidos de fornecimento, que provavelmente já datavam dos anos anteriores.

As oscilações da década de 1920 resultaram, provavelmente, do facto de alguns consumidores terem desistido dos seus contratos devido às constantes avarias que se verificavam na Central, motivadas pelo desgaste dos maquinismos, e à irregularidade com que se fazia a distribuição de electricidade. Só em 1928 a introdução de novos motores e geradores permitiu garantir uma maior qualidade de serviços e esse facto traduziu-se na tendência ascendente do consumo que se prolonga até 1941.

Embora a maioria da electricidade fornecida a particulares se destinasse à iluminação, em 1913 ela já utilizada como força motriz por alguns industriais. Era o caso de José Gomes Severino que, em colaboração com a firma José Lopes Burgos Lda. de Castelo Branco, tinha montado uma pequena fábrica de transformação de enfardamento de aparas de cortiça e de transformação do refugo em aparas. Neste estabelecimento, que se situava na Rua dos Lagares, existiam uma prensa hidráulica da marca Birmingham e duas máquinas de fazer aparas que eram movidas por um motor accionado por um dínamo<sup>71</sup>.

<sup>71</sup> Notícias d'Évora, Ano IX/N.º 2502, 10 de Fevereiro de 1909, p.1

No ano seguinte, tentando implementar o consumo industrial de electricidade, a Companhia EboreNSE de Electricidade reduziu o preço da energia destinada a motores eléctricos que era utilizada durante o dia. Com esta medida procurava-se também rentabilizar a capacidade produtiva da Central eléctrica uma vez que o maior consumo continuava a ser a iluminação e esta era utilizada principalmente após o pôr-do-sol.

#### Preços da electricidade fornecida a motores durante o dia

Consumo mensal KWH (Kilowatt-hora)	Preço do KWH
1-250	9 centavos
251-500	8 centavos
501-750	7 centavos
Mais de 750	6 centavos

Fonte: *Noticias d'Evora*, Ano XIV/N.º 4080, 19/4/1914, p.2.

Desde o seu início que a Companhia EboreNSE de Electricidade procurou obter a concessão da iluminação pública que estava atribuída à Companhia do Gás, pois o facto de o fornecimento de electricidade se restringir apenas ao consumo privado reduzia as possibilidades de tornar o investimento na modernização do equipamento da Central e no alargamento da rede eléctrica financeiramente compensador. Assim, em 1913, propôs à Câmara assegurar este serviço público com uma redução de 25% sobre a despesa que a edilidade fazia com a iluminação a gás. Em 1915, voltou a apresentar uma nova proposta segundo a qual oferecia à Câmara, como troca da iluminação pública, – 5% sobre o preço de cada candeeiro e mais 15% sobre este último preço assim que os preços do combustível e todo o material eléctrico voltassem aos valores de antes da guerra. A Companhia propunha-se ainda fornecer gratuitamente a electricidade necessária para substituir os bicos de gás existentes nos edifícios que a Câmara tinha obrigatoriamente que iluminar, por lâmpadas de igual poder iluminante<sup>73</sup>, embora as despesas da instalação eléctrica nesses edifícios decorressem por conta da Câmara. Nas iluminações extraordinárias, que tinham lugar por altura de festas, a Companhia fazia um abatimento de 5% no preço de venda da electricidade. Na iluminação pública as lâmpadas seriam de 25 velas e na Praça do Geraldo a iluminação teria a força de 2000 velas até à meia-noite altura em que se reduzia essa potência para 250 velas<sup>74</sup>.

Em 15 de Dezembro de 1916 foi finalmente assinado um contrato entre a Companhia EboreNSE de Electricidade e a Câmara Municipal para o fornecimento de electricidade para a iluminação pública da cidade de Évora pelo prazo de trinta anos<sup>75</sup>. Segundo este contrato a

<sup>72</sup> *Noticias d'Evora*, Ano XIII/N.º 3831, 25 de Junho de 1913, p.1.

<sup>73</sup> Como era o caso da Câmara, do Tribunal, da Recebedoria, da Repartição da Fazenda do Concelho, do Matadouro, dos Jardins, do Mercado e das escolas.

<sup>74</sup> *Noticias de Évora*, Ano XVI, nº 4479, 11 de Dezembro de 1915, p.3

<sup>75</sup> Contrato publicado no *Noticias d'Evora*, Ano XVII, nº4797, 4 de Janeiro de 1917 e nos números seguintes.

Companhia devia manter a tensão de 220 volts para iluminação e 440 volts para força motriz, com uma tolerância de 3% em todos os pontos da rede, não podendo fazer qualquer alteração na canalização sem autorização da Câmara. Com este contrato a Companhia assumiu também o compromisso de fornecer gratuitamente a electricidade necessária para iluminar os vários edifícios camarários e os jardins públicos e a obrigação de realizar, por sua conta, todos os trabalhos necessários para substituir a iluminação pública a gás por iluminação eléctrica, passando a receber anualmente 6.433\$78 por essa iluminação.

Embora tivesse obtido a concessão da iluminação pública, a Companhia Eborense de Electricidade não tinha condições para estender de imediato a toda a cidade esta forma de iluminação, pois nem todas as ruas da cidade eram servidas por cabos eléctricos. Esta situação obrigou a estipular um período de transição durante o qual a Companhia se comprometia a iluminar a petróleo as zonas que ainda não eram abrangidas pela rede eléctrica.

Pouco depois de ter assumido a concessão da iluminação pública da cidade, a empresa ressentiu-se das dificuldades de abastecimento de combustível decorrentes da situação de guerra que se vivia, as quais se reflectiram no preços mais elevados dos combustíveis e dos óleos de lubrificação da maquinaria, e teve grandes dificuldades para continuar a assegurar o fornecimento de electricidade para o consumo público e privado. No ano seguinte a falta de petróleo impediu a iluminação da parte da cidade em que a instalação eléctrica ainda não estava concluída<sup>76</sup>.

Em 1920, face às dificuldades financeiras que vivia, a Companhia Eborense de Electricidade apresentou à Câmara um pedido para aumentar o preço porque vendia a electricidade e suspender o fornecimento de energia durante três dias por semana. O aumento do preço para \$45 foi aprovado, mas o pedido de suspender durante três dias por semana o fornecimento de electricidade foi indeferido com a justificação de que essa interrupção prejudicaria grandemente a indústria da cidade<sup>77</sup>.

Apesar dos preços mais baixos que eram praticados para os motores, ao longo do período considerado o consumo industrial teve um crescimento pouco acentuado e em 1941 representava menos de 20% do total da energia vendida.

#### Distribuição da energia eléctrica produzida em 1941

Iluminação particular	404.921 kW
Iluminação de edifícios do Estado	80,579 kW
Indústria - força moriz	130.240 kW
Elevação de águas	34.124 kW
Iluminação pública	207.320 kW
Consumida na Central	101.157 kW
Perdas	100.599 kW
<b>Total</b>	<b>1.058.940 kW</b>

Fonte: Serviços Municipalizados da CME. "Relatório da Gerência de 1942", p.61

<sup>76</sup> ADE, Actas das Sessões da Câmara, Livro nº816, fols 80-82.

<sup>77</sup> O que foi aprovado pelo Senado da Câmara. *Noticias de Évora*, Ano XXI, nº 5729, 12 de Fevereiro de 1920, p.1

Nas vésperas da União Eléctrica Portuguesa assumir o fornecimento de electricidade a Évora, a iluminação, pública e privada, continuava a ter uma importância determinante no consumo desta cidade, representando 65,4% do total da energia produzida.

### Conclusão

No início do século XX os desenvolvimentos da electricidade tinham tornado possível que a mesma fosse uma alternativa ao gás, mais segura e eficaz, na iluminação das cidades, razão porque várias cidades portuguesas aderiram a esta forma de iluminação. No entanto, nos casos em que a iluminação pública já se encontrava concessionada a uma empresa gasista, a iniciativa de criar uma rede de distribuição de electricidade apenas podia contar com os consumidores privados, situação que não garantia um consumo certo e que, como tal, estava dependente da adesão da população a esta forma de iluminação e força motriz e da capacidade financeira dessa mesma população para incluir entre os seus gastos quotidianos uma nova rubrica de despesas.

No caso de Évora, o facto de a Companhia do Gás deter o contrato de exclusivo da iluminação pública foi um entrave ao estabelecimento e desenvolvimento da Companhia Eborense de Electricidade pois, apesar de existir na cidade de Évora uma opinião pública favorável à introdução da electricidade e o número de consumidores ter aumentado ao longo do período analisado, o consumo *per capita* era na maior parte dos casos muito baixo. Além disso, a fraca implantação da indústria na cidade e as características de grande parte dos estabelecimentos fabris que aí funcionavam não permitiram que o consumo industrial representasse uma parcela significativa do consumo de electricidade<sup>78</sup>.

É certo que a partir de 1917 a Companhia Eborense de Electricidade passou a deter a concessão da iluminação pública, mas nesta altura a Central eléctrica já estava sub dimensionada em relação à procura e a situação de guerra internacional criava dificuldades na obtenção, a custos competitivos e nos montantes necessários, dos combustíveis destinados à produção de electricidade.

A dificuldade em encontrar os capitais necessários para estabelecer uma rede de electricidade inviabilizou a primeira tentativa de constituição da Companhia Eborense de Electricidade e a solução encontrada em 1906 – a redução do capital com que se constituiu a empresa – criou nos anos imediatos dificuldades em assegurar o fornecimento da electricidade. De facto, o capital que nesta altura se considerou necessário para instalar a Central eléctrica e a rede de distribuição cedo se mostrou insuficiente para concluir os trabalhos, o que obrigou a empresa a endividar-se, comprometendo assim investimentos futuros.

A baixa dotação de capital com que se constituiu a empresa teve também como consequência um incorrecto dimensionamento da Central eléctrica. Assim, para acompanhar o aumento do consumo, ao longo dos anos a Companhia Eborense de Electricidade foi obrigada adquirir novos maquinismos para os quais nem sempre dispunha de capitais.

---

<sup>78</sup> GUIMARÃES, Paulo Eduardo, 2006 - *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960). Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo*, Évora, Colibri/CIDEHUS, p. 24

Deficiências técnicas na instalação da Central e na rede de distribuição traduziram-se em custos financeiros, nomeadamente pela perda de electricidade ao longo da rede, e criaram dificuldades na distribuição de electricidade aos vários pontos da cidade.

Ao longo da década de 1930 a Companhia Eborense de Electricidade viveu anos de desafogo financeiro, que lhe permitiram inclusive distribuir dividendos e pensar em instalar uma nova rede de distribuição de electricidade, mas o desencadear da 2ª Guerra Mundial alterou por completo a situação. Face à dificuldade em obter combustíveis e aos seus altos preços, a empresa deixou de ter capacidade para produzir e distribuir a electricidade necessária, razão porque em 1942 acabou por desistir da concessão.

A solução encontrada pela edilidade para garantir o fornecimento de electricidade à cidade passou pelo estabelecimento de um acordo com a União Eléctrica Portuguesa. Tinha-se entrado na época da hidroelectricidade e dos grandes distribuidores de energia que veio a consolidar o papel de Lisboa e Porto como pólos estruturantes de uma rede de transporte nacional<sup>79</sup>.

### Bibliografia

- ALVES, Jorge Fernandes, 1999 - *Cooperativismo e Electrificação Rural. A Cooperativa Eléctrica do vale d'Este* in "População e Sociedade", nº 5.
- BERNARDO, Maria Ana, 2001- *A modernização das infraestruturas de saneamento na cidade de Évora: as vicissitudes do processo* in "A Cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal de Évora", Évora, CME, II série, nº 5 p.259-289.
- Estatística das Instalações Eléctricas
- FERREIRA, Jaime Alberto do Couto e FIGUEIRA, João José Monteiro, 2001- *A electrificação do centro de Portugal no século XX*, Lisboa, EDP distribuição
- FONSECA, Hélder Adegar, 1996 - *O Alentejo no século XIX. Economia e atitudes económicas*, Lisboa, INCM
- GUIMARÃES, Paulo Eduardo, 2006 - *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960). Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo*, Évora, Colibri/CIDEHUS, p. 24
- MADUREIRA, Nuno Luís, 2004 - *Asymmetry of adoption and the electric networked. Portugal 1920-1947*, <http://www.histpris-energia.com/por2/default.asp>
- MARIANO, Mário, 1993 - *História da Electricidade*, Lisboa, EDP
- MATOS, Ana Cardoso de, 2001 - *Aspectos técnicos e empresariais do abastecimento de gás e electricidade à cidade de Évora (1890-1942)*. "A Cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal de Évora", Évora, CME, II série, nº 5, p. 291-320.
- MATOS, Ana Cardoso de (coord), MENDES, Fátima e FARIA, Fernando, 2003 - *O Porto e a Electricidade*, Lisboa, EDP
- MATOS, Ana Cardoso de, et ali, 2004, *A electricidade em Portugal. Dos primórdios à 2ª Guerra Mundial*, Lisboa, EDP
- MATOS, Ana Cardoso de, 2006 - *Les ingénieurs et la création des réseaux de gaz et d'électricité au Portugal: transferts et adoption de technologies (1850-1920)* in Michèle Merger (dir), «Les transferts technologiques en Méditerranée», Paris, PUPS, p. 185-205.

---

<sup>79</sup> MADUREIRA, Nuno Luís, 2004 - *Asymmetry of adoption and the electric networked. Portugal 1920-1947*, <http://www.histpris-energia.com/por2/default.asp>

- RODRIGUES, António Lopes, 1943 - *Subsídios para história da iluminação pública em Évora* in “A cidade de Évora”, Évora, CME, ano 1, nº3, Junho, pp. 55- 91.
- SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, 1954” – Relatório da Gerência de 1942 e resumo descritivo do movimento dos Serviços Municipalizados desde 1 de Julho de 1932 a 31 de Dezembro de 1942 in “A cidade de Évora”, Évora, CME, ano XI, nº36, Janeiro/Dezembro, pp. 69-85
- SENA, Julião, 1944 - *Modificação das características da rede eléctrica de distribuição em Évora no ano de 1943*. “Revista da Ordem dos Engenheiros”, nº 10, Julho - Agosto de 1944, p.274-284.
- SILVA, Álvaro Ferreira da, MATOS, Ana Cardoso de, e CORDEIRO, Bruno, 2004 - *Ciência, técnica e Indústria nos primórdios da electricidade* in Manuel Heitor et al., “Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no século XX”, vol. 2, Lisboa, D. Quixote, p. 46-74.
- SIMÕES, Mariz, 1997 - *Pioneiros da Electricidade em Portugal*, Lisboa, EDP
- SOUSA, Francisco de Almeida e, 1998 – *Subsídios para a História da Electrificação Portuguesa* in Jorge Fernandes Alves (coord), “A indústria Portuense em Perspectiva Histórica”, Porto, CLC-FLUP, pp. 141-164